

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (LDH) E O ENSINO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL 1964 – 1985

Sandra Gorete Gomes de Oliveira

Secretaria Estadual da Educação do Paraná – SEED

sgghist2014@hotmail.com

O livro didático é um produto cultural, suas abordagens se diferenciam de época em época, privilegiando ideologias de acordo com o contexto histórico atual. Se transformando num objeto carregado de valores que serão transmitidos para alunos. O que é omitido ou mostrado tem a ver com a cultura que se pretende impor nas gerações presente e futura.

Assim, os livros didáticos cumprem um papel social, na difusão e apropriação de ideias, que contribuem para a formação da sociedade. Ele ainda é considerado uma fonte confiável pelos alunos. O professor, nessa relação livro didático e alunos desempenha um papel cultural importante. Ele é o mediador dessa interação. É o professor que vai avaliar a produção, e conseqüentemente valorizar, mostrar aos alunos, ou simplesmente desacreditá-los. Por isso, analisar toda a obra, sua representação, seu discurso, é relevante para conduzir o trabalho nas aulas, enriquecendo ou mesmo prevenindo, contra interpretações que podem desvirtuar a formação cidadã nos estudantes, estimulando-os ao entendimento de respeito à democracia, tolerância e reconhecimento dos direitos humanos, como fator primordial, para avançarmos numa sociedade mais justa.

Bittencourt (2008) analisa o papel dos materiais didático no ensino e na aprendizagem histórica. Como os materiais didáticos influenciam a formação do professor e como contribuem na formação dos alunos? Ela acredita que para esclarecer essas questões é preciso compreender três aspectos essenciais dos materiais didáticos, sua concepção, a relação entre produção didática e indústria cultural, e os usos dos materiais didáticos.

O livro didático está entre os mais populares materiais didáticos usados pelos professores e alunos. Porém, é difícil defini-lo, mas é fácil de identificá-lo. Os livros didáticos de história (LDH), passaram por uma grande transformação após a Segunda

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Guerra Mundial. Esse movimento tem como objetivo auxiliar nas transformações, e novas concepções, novas abordagens, que seriam incentivadas, para compor uma produção didática, com tendências para promoção da paz, e com exemplos históricos de soluções de conflitos por meio de acordo e negociações. Dessa forma o LDH seria o suporte educacional que contribuiria para o despertar da população, de sentimentos de tolerância e solidariedade entre os povos, abandonando visões ultrapassadas, que valorizava uma visão bélica.

Mesmo com tais mudanças, os LDH muitas vezes são culpados pelas mazelas do ensino de História, por isso, sua análise é um tema polêmico. Diversas pesquisas o apontam, como o principal instrumento da perpetuação do ensino tradicional, impregnado de ideologia dos detentores do poder. Todas essas críticas nos levam a pensar que seja possível existir um livro didático ideal, que seja capaz de resolver todas as suas deficiências (BITTENCOURT, 2008). O livro didático é sempre alvo de debates e análises por parte daqueles que se interessam pelo ensino de História nas escolas, e questionam, quais qualidades ele deve ter?

Essa pesquisa analisa como os LDHs podem influenciar no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mais especificamente como o Regime Militar brasileiro 1964 – 1985, é representado nos livros didáticos de Alfredo Boulos e Ronaldo Vainfas *et al.* Qual discurso eles utilizam? Eles contribuem para a formação da consciência história nos estudantes? Como podemos perceber, que os alunos alcançaram uma aprendizagem histórica satisfatória?

Segundo Rüsen, o bom LDH deve ser capaz de estimular nos estudantes, capacidades que são primordiais no ensino de história, julgar, argumentar e criticar. Essas são competências que devem ser desenvolvidas por meio do trabalho de interpretar o passado, como problematizações, usando as referências dos estudantes, de modo argumentativo que possam se converter em conhecimento, consciência histórica. Dessa forma, o autor expõe como deveria ser o LDH ideal.

“Tem que apresentar os procedimentos mais significativos do pensamento histórico, e de tal modo que possa se exercer na prática: o desenvolvimento de problemas, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estabelecimento e a verificação de hipóteses, a investigação e a análise do material histórico, a aplicação crítica de categorias e padrões de interpretação globais. Deve oferecer explicações inteligíveis e verificáveis, sem se limitar, entretanto, a meras afirmações de fatos, bem como evitar por princípio argumentações monocausais e insistir no fato de que a interpretação histórica está aberta por princípio às argumentações multicausais. Assim, deve apresentar o conhecimento histórico de forma argumentativa, e evitar qualquer aparência de uma certeza dogmática e definitiva” (RÜSEN, 2010, p. 123).

O LDH deveria para Rüsen (2010) não só orientar sua perspectiva em direção aos temas históricos, mas relacioná-lo com a construção de identidade dos alunos, ativando seu potencial de aprendizagem. O autor acredita que o futuro dos estudantes, são configurados de acordo com sua consciência histórica e o LDH, é um elemento fundamental para alcançarmos esse objetivo.

Para Munakata (2013), os estudantes da educação básica, necessitam de abordagem adequada à sua idade, e capacidade cognitiva. Segundo o autor, algumas pesquisas afirmam que nas classes iniciais, deve-se privilegiar a memorização, e a reflexão nos alunos mais velhos. Que a inteligência não funciona no vazio, e que acontece por associação e combinação, para evoluirmos, é preciso guardar na memória certa quantidade de dados para que você consiga introduzir e relacionar novas informações e formular hipóteses e reflexões.

A consciência histórica é essencial para compreendermos os diversos caminhos que percorremos com a narrativa histórica, que auxilia na formação da identidade histórica dos alunos. Sem ela não há aprendizagem histórica. Se os estudantes não relacionarem sua própria experiência com conceitos de temporalidades, eles não conseguirão pensar historicamente, para isso devem realizar a formação histórica, que envolvem dois aspectos, vida prática e ciência, que estão interligados. O livro didático deve oferecer a possibilidade de verificar as interpretações dadas e de elaborar interpretações próprias, ou melhor, mediante a própria interpretação, estabelecer contextos históricos com base na documentação dada (junto à exposição de autores concretos ou complementares a ela), RÜSEN (2010).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Schmidt (2017) concorda com Rüsen (2010), sendo imprescindível que os estudantes façam a relação entre a vida prática e o processo de ensino aprendizagem histórica. Ela é o ponto de partida e chegada do ensino de História. Assim, é preciso partir das indagações dos alunos, que estão relacionadas como mundo deles, fazendo sentido para sua vivência.

Segundo a autora, devemos rejeitar o que ela chama de educação bancária, em que o aluno é mero depósito de conteúdos previamente selecionados. Dessa forma, quando relacionamos o conhecimento ensinado e a vida prática dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem – alunos e professores – a partir do conhecimento produzido, podemos nos ver, ver o outro e o mundo. O ensino e a história, encontram seu sentido na vida prática humana, a aprendizagem tem que fazer sentido para o aprendiz.

“nunca se pode dissociar a aprendizagem histórica do sujeito que aprende, por exemplo, o jovem e a cultura jovem e, portanto, a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a história é ensinada como algo dado e alheio ao sujeito que aprende. Assim, saber história não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico que é apenas apreendido como algo dado, não desenvolve a capacidade de dar significados para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica.” (SCHMIDT, 2017, p. 75)

A proposta é que o ensino de História tenha como objetivo a formação de uma consciência histórica, rompendo com formas tradicionais lineares, bem como, visões históricas prontas e acabadas. É preciso lembrar da pergunta – para que serve a história? O desenvolvimento da consciência histórica é a finalidade do ensino e sua utilização na vida cotidiana (SCHMIDT, 2017).

O livro didático sendo uma mercadoria, um produto da indústria cultural, insere-se numa lógica de consumo, em que a figura do professor, é o principal alvo desse mercado, e o aluno e o consumidor compulsório.

Os estudos sobre o LDH no Brasil, se iniciaram-na década de 1980. As universidades vão ser o centro das análises e pesquisas sobre o LDH. A Unicamp é a pioneira nesses estudos. Visavam principalmente a crítica da ideologia, sobre sua produção, que era

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fruto principalmente dos anos de ditadura que o país havia vivido. Os livros didáticos geralmente são instrumentos reprodutores de ideologia e manipulação política sobre o público escolar.

Com a democratização brasileira, na década de 1990, as análises sobre o LDH, se tornaram mais amplas, complexas, com novas perguntas e problematizações, acerca dos professores, serem mediadores entre os LDHs e os estudantes. As mudanças provocaram a necessidade de reformas curriculares, com realização de debates, que fossem formuladas novas propostas, incorporadas abordagens que refletissem a realidade do Brasil. A crítica do domínio da história oficial, foi grande, porém, não conseguimos muitos avanços. Houve progressos, com a pressão de grupos sociais, novos conteúdos foram inseridos, como história da África, afro descendente, indígenas, mulheres, no currículo. Mas a extinção da história oficial ainda persiste na seleção dos conteúdos.

Segundo Munakata (2013), o esforço dos historiadores, professores para superarem o método centrado na memorização e valorizassem a reflexão, foi grande! Não se trata apenas de mudanças metodológicas, mas de uma reformulação completa dos paradigmas epistemológicos e pedagógicos até então existentes. Mesmo com grandes mudanças na abordagem, de uma história oficial para uma história científica, essa transformação ainda é um desafio. Para o autor, a história escolar não superou por completo a história oficial, que privilegia alguns atores históricos, ressaltando a necessidade de reformulação de currículo. Munakata *Apud* Abreu Lima defende a ideia, que já houve muitas tentativas no Brasil de reformular o currículo da história ensinada. E que não adianta as agitações de superfície, com algumas alterações, sem promover uma séria reflexão e reestruturação nas disciplinas que constituem a escolarização contemporânea.

A didática da História é uma área que se preocupa com ensino da História escolar. Seu objetivo é pensar como se ensina e se aprende os conceitos históricos formadores da consciência histórica. O propósito de todo ensino é a aprendizagem, mas como se ensina depende de saber como os indivíduos aprendem. A concepção de aprendizagem como ponto de partida e pressuposto orientador do método de ensino da História, bem como,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sua complexidade e diversidade de abordagens do conteúdo (SCHMIDT, 2017), está no centro do processo de aprendizagem. É a partir dessa concepção, que acontece o desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente, dos estudantes se apropriarem de conceitos que irão formar sua consciência histórica.

Para Schmidt (2017) *apud* Rüsen, a escola é fundamental para a formação da consciência histórica, e compreendermos o LDH neste contexto, é importante para entendermos sua participação nesse processo.

“Assim, a História tem uma função didática de formar a consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação (para dentro – apropriação de identidades, e para fora – fornecendo sentidos para ação na vida humana prática)” (SCHMIDT, 2017, p. 64).

O LDH é o livro mais analisado, por seu papel político, valores culturais, etc, com o passar do tempo, outras preocupações foram acrescidas como defasagem de conteúdo, ausência de grupos minoritários de poder. Bittencourt (2008) faz uma crítica das análises baseadas somente na conotação ideológica, segundo ela é importante, mas não contribui de modo significativo em seu aperfeiçoamento. Atualmente, as preocupações estão mais centradas na compreensão das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagens, política pública, relação entre conteúdo e LDH, os usos que professores e alunos fazem do livro, etc.

A preocupação dos analistas continua, sobre o caráter ideológico dos autores das obras didáticas, como também, a vinculação do conhecimento histórico acadêmico e o escolar. Os autores dos LDHs, devem atrelar as pesquisas historiográficas aos parâmetros acadêmicos para garantir a qualidade e a autenticidade dos conteúdos. Essa preocupação está presente nessa análise. O conhecimento produzido na academia deve ter como principal objetivo, o público escolar, onde realmente a consciência histórica começa a ser desenvolvida, e deve ser fortalecida através da reflexão.

A academia, além de fornecer pesquisas para melhorar o debate historiográfico, também contribuiu com questionamentos sobre as avaliações dos livros didáticos. Os responsáveis por referendar as obras são intelectuais de instituições públicas. Na medida

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que podem interferir nas mudanças, ou aperfeiçoamento da produção, assim, como o papel, os critérios dos professores que irão escolher usar a obra em suas aulas, colocando-o em contato com os alunos. Como também limitar a interferência das grandes editoras e na escolha das obras pelos professores.

Bittencourt (2011) demonstra outra preocupação, que enriquece nossa pesquisa também a constituição de uma memória coletiva baseada nos LDHs. A função que o material didático tem na formação de nossos estudantes. A autora afirma que não existe pesquisa que deixa clara essa relação, que pudesse comprovar de forma categórica a influência do LDH e a constituição de uma memória coletiva. Porém os indícios dessa relação são fortes. Para a maioria dos estudantes, é muitas vezes a única fonte histórica que ele tem contato em toda sua vida escolar. Nosso país, é carente em leitura, não cultivamos esse hábito, e a escola, é onde os alunos são estimulados a ler.

Segundo Bittencourt (2011) o livro didático adquiriu muita importância nas últimas décadas, de abominável passou a ter importante papel nas escolas, mas que ainda não alcançou sua plenitude, como material escolar de qualidade. Seu valor, enquanto agente de conhecimento crítico e problematizador, ainda tem muito a avançar. Por isso as análises devem continuar, para que consigamos melhorar nossos livros didáticos de história.

Silva (2001) faz uma referência sobre os currículos. Ele está no centro da educação, e nele está contido as representações entre saber, poder e identidade. O autor faz uma abordagem dos estudos curriculares, permeada pela crítica na área educacional e curricular. Ele coloca o contexto atual para expor suas ideias sobre as reformas educacionais, a reestruturação do currículo é um dos elementos centrais dos debates, pois, sua posição estratégica se desdobra as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do discurso da política educacional, que principalmente os grupos sociais dominantes demonstram seu poder, disseminando sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade, sendo assim, um elemento simbólico, e as políticas educacionais devem ser vistas também como representação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As políticas curriculares geram muito materiais, entre eles, o livro didático, ela movimentada toda uma indústria cultural. Sua influência na relação entre professores e alunos; qual conceito de conhecimento é almejado; a elaboração de critérios avaliativos, a inclusão de certos saberes e indivíduo. O currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades. (Silva, p. 12). O autor propõe uma nova forma de ver o currículo, de impor reflexões críticas. O currículo deve ser dinâmico, flexível as transformações sociais culturais. O currículo não pode ser engessado, não permitindo que seja atingido pelos novos ares, através de novos conteúdos, que contemple novas visões de mundo, como inserção de grupos sociais.

“Pelas mesmas razões, tampouco o currículo pode deixar de ser visto como uma relação social. O currículo visto como produto acabado, concluído, não pode deixar de revelar as marcas das relações sociais de sua produção. Desde sua gênese como macro texto de política curricular até sua transformação em microtexto de sala de aula, passando por seus diversos avatares intermediários (guias, diretrizes, livros didáticos), vão ficando registrados no currículo os traços das disputas por domínio cultural, das negociações em torno das representações dos diferentes grupos e das diferentes tradições culturais, das lutas entre, de um lado, saberes oficiais, dominantes e, de outro, saberes subordinados, relegados, desprezados.” (SILVA, 2001, p. 22)

No projeto educacional crítico, pensar o currículo como ato político é inseri-lo nas relações de poder. O currículo educacional está no centro do palco de uma série de transformações sociais e educacional. É nele, que as lutas por hegemonias se concretizam, pelo domínio do processo de significação, que pode traduzir em seu discurso as visões e os significados do projeto dominante, dando legitimidade e autoridade. É para essa reflexão que o autor nos leva, o currículo vai continuar sendo um campo fechado, um estático tabu, a produção de significados e de identidades alternativas? Ou vamos fazer dele um campo aberto, polissêmico, de produção de identidade? É necessário tomarmos partido para que tenhamos voz e vez na sua construção.

Sendo o LDH um produto cultural, que suas abordagens se diferenciam de época em época, privilegiando ideologias de acordo com o conceito histórico, se transformando

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

num objeto carregado de valores que serão transmitidos para alunos. O que é omitido ou mostrado tem a ver com a cultura que se pretende impor nas gerações presentes e futuras. Assim, as obras didáticas cumprem um papel social na difusão e apropriação de ideias que contribuem para a formação da sociedade. Ele ainda é considerado uma fonte confiável pelos alunos. O professor, nessa relação livro didático e alunos desempenha um papel importante, cultural, pois sendo medidor nessa interação.

O ensino sobre a ditadura no Brasil nos LDHs, vem ganhando maior destaque, o tema está se ampliando, novos parâmetros historiográficos que dialoga com a ciência de referência, porém, as abordagens ainda não trazem uma visão mais aprofundada e problematizadora, que requer o tema. Por ser um conteúdo da história recente do país, onde podemos perceber uma tensão, ou cuidado demasiado quando é abordado sem ser problematizado. Nesse contexto, insere-se as escolhas dos autores dos LDHs na construção das narrativas dos temas atuais. Como organiza o conteúdo? O que privilegia em fontes imagéticas? A didatização dos textos, são pontos importantes para a compreensão dos estudantes que auxilia no entendimento da problematização que contribui para a construção da consciência histórica, relacionando o presente com o passado.

Segundo Rüsen (2010) a aprendizagem histórica só tem sentido na vida dos alunos, quando conseguem pensar historicamente. Conhecer os fatos do passado sem problematização, é memorização, e não conhecimento. O aluno deve ser provocado a relacionar o passado com seu presente, assim a história terá sentido para sua vivência. Os LDHs precisam repensar sua metodologia que visa apenas o caráter memorístico dos conteúdos. Devemos oportunizar aos alunos obras didáticas que desenvolvam a reflexão, competências e habilidades que desperte o pensar historicamente. Provavelmente cada professor de história, tem em sua mente o livro didático ideal. A busca por ele é importante para concretização de um ensino de História instigante, crítico e problematizador. Que seja uma ferramenta que contribuía efetivamente no pensar historicamente, do grande objetivo e potencial final, que é o aluno.

Referência biográfica

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sandra Gorete Gomes de Oliveira, mestranda do Curso de pós-graduação PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História– Universidade Estadual de Maringá;

Referência Bibliográficas

ALVES, Carlos Monteiro. **Ditadura Militar Brasileira: memória e ensino em tempos de redemocratização**. Amambaí, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

FERNANDES BITTENCOURT, Circe Maria. **Os livros e materiais didáticos de História. Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2º edição. Ed Cortez, 2008. p. 293 – 321.

FERNADES, Eurico da Silva. **Um historiador chamado Marco Antonio Villa e a grande mídia na revisão do golpe e da ditadura militar (1964 – 1985)**. Maringá, 2016. PDE (Unidade Didático-pedagógica prevista no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Estado do Paraná) Universidade Estadual de Maringá.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6. Ed. 1º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. p. 271 – 296.

PRIORI, Angelo; FELIPE, Delton Aparecido; PEREIRA, Márcio José (Org.). **Conversas sobre Direitos Humanos e práticas educativas no espaço escolar**. Maringá: PR: Edições Diálogos, 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os manuais didáticos**. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). *Possibilidades de Pesquisa em História*. 1 ed. São Paulo, Contexto, 2017. p. 55 – 82.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. **Aprendizagem e formação da consciência histórica**. *Educar em Revista*, n 60, Curitiba, Brasil. p. 17 – 42

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem Histórica: Paradigmas e fundamentos**. Curitiba: W & A Editores, 2012. pp. 10 – 47.

RÜSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história**. *História da historiografia*, n 02, 2009. p. 163 – 209.

RÜSEN, Jörn. **O Livro Didático Ideal**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 109 – 127.